

# O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS<sup>1</sup> NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT

Soraide Isabel Ferreira<sup>2</sup>  
Janaina Carvalho Barros<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o exercício profissional das Assistentes Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso: demandas sociais e respostas profissionais<sup>4</sup>. Para desenvolver esta discussão, realizamos a Pesquisa Descritiva, com abordagem qualitativa, sendo as informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas com 9 (nove) Assistentes Sociais, lotadas em diferentes *campi* de Mato Grosso. Os resultados demonstram que o tempo dedicado ao processo de conhecimento e sistematização sobre a realidade com a qual se trabalhará é dividido com o volume de demandas excessivas para o número de profissionais disponíveis. Isso leva a uma tendência de aligeiramento e superficialização que termina por restringir a intervenção ao atendimento de demandas

---

<sup>1</sup> Utilizaremos a forma nominal no gênero feminino, visto que a grande maioria das profissionais do Serviço Social do IFMT é composta por mulheres.

<sup>2</sup> Mestra em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, *campus* Cuiabá. **E-mail:** ysa.ferreira21@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5443-2376>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/5224777706293960>.

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, *campus* Cuiabá. **E-mail:** jan-cars@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4075-4080>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/5452610376459339>

<sup>4</sup> Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP/Humanidades-Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Parecer nº 2.430.385.

emergenciais, sem a devida problematização, o que prejudica a análise sob a ótica da dimensão coletiva, assim como o avanço no desenvolvimento das ações socioeducativas.

**Palavras-chave:** Política de Educação Profissional e Tecnológica. Serviço Social. Exercício Profissional.

## THE PROFESSIONAL PRACTICE OF SOCIAL WORKERS AT THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF MATO GROSSO – IFMT

**Abstract:** This article aims to present some reflections on the professional practice of Social Workers at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso: social demands and professional responses. To develop this discussion, we conducted the Descriptive Research, with a qualitative approach, with the information collected through semi-structured interviews with 9 (nine) Social Workers, located in different campuses in Mato Grosso. The results demonstrate that the time dedicated to the process of knowledge and systematization about the reality with which will be worked is divided with the volume of excessive demands for the number of available professionals. This leads to a tendency towards lightening and superficialization that ends up restricting the intervention to meet emergency demands, without due problematization, which undermines the analysis from the perspective of the collective dimension, as well as the progress in the development of socio-educational actions.

**Keywords:** Professional and Technological Education Policy. Social Service. Professional Practice.

### Notas Introdutórias

Para analisarmos o exercício profissional das Assistentes Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) a partir das demandas e das respostas profissionais, nos referenciamos em Guerra (2012); Santos (2013) e Torres (2017)

que o definem como “síntese de múltiplas determinações”. Portanto, nessa análise ele é apreendido como mediação historicamente determinada pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho, decorrentes dos processos de resistências frente ao capitalismo e da maturidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que se expressou com o Projeto Ético Político profissional do Serviço Social.

Assim, discutir o exercício profissional em uma instituição pública de ensino exigiu que compreendêssemos a Educação como parte constitutiva da Política Social do Estado Capitalista que tem retirado sua concepção de direito e a convertido em mercadoria, de tal forma que Educação passa a ser um dos principais alvos da desresponsabilização estatal, o que se aprofundada diante do processo de “[...] liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 117).

A Educação Profissional e Tecnológica, criada em 2008, é também alvo da desobrigação do Estado quanto às suas responsabilidades sociais. Assim, mesmo com sua significativa relevância no combate à extrema desigualdade socioeconômica que obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar a inserção no mundo do trabalho visando complementar o rendimento familiar, ou a auto sustentação, muito antes dos 18 anos de idade (MOURA, 2007), esta tem sido submetida ao mercado, abandonando a formação humana, prevista na perspectiva de integração entre Educação Básica e Educação Profissional.

Sabemos que embora o ingresso das Assistentes Sociais na Educação tenha ocorrido na década de 1930, é somente a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do Projeto Ético-Político, que se visualiza um considerável aumento dessas profissionais na referida política, sendo este aumento oriundo da

luta do conjunto CFESS/CRESS e do envolvimento das mesmas na construção do Projeto de Lei (PL) nº 3.688/2000<sup>5</sup>.

Assim, a inserção do Serviço Social na Educação deve ser apreendida como uma reflexão política da função social da profissão, na luta pela formação de sujeitos críticos e na efetivação de direitos, contribuindo para a construção de uma educação transformadora (ALMEIDA, 2003). Desse modo, cabe às Assistentes Sociais a formulação de ações para que se efetive no âmbito escolar o direito ao acesso e permanência dos estudantes no processo formativo, considerando Projeto Ético Político que direcionam a profissão.

Para desenvolvermos o estudo, utilizamos a Pesquisa Descritiva, com abordagem qualitativa, sendo as informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas com 9 (nove) Assistentes Sociais, lotadas em diferentes *campi*, localizados em cidades polos das macrorregiões de Mato Grosso.

Com a autorização do IFMT e a aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da UFMT, as Assistentes Sociais que atuam no Instituto Federal de Educação foram contatadas e convidadas a participar da pesquisa mediante todos os esclarecimentos quanto à ética do pesquisador, à garantia do sigilo da identidade das entrevistadas, à confidencialidade dos dados e à possibilidade de desistência a qualquer momento da pesquisa. Após à coleta de dados, as informações gravadas foram transcritas, garantindo a fidedignidade das informações. E ainda, a fim de resguardar a identificação das participantes, optamos por nomear “*Entrevistada A*”, seguindo a ordem alfabética de entrevistas realizadas.

---

<sup>5</sup> Dispõe sobre a inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da Política de Educação, aprovado somente em 2013.

As profissionais selecionadas ingressaram no IFMT após a aprovação do regulamento da Assistência Estudantil (2012). Dado ao processo de Remoção e de Nomeação, a atuação do exercício profissional variou entre 3 (três) meses a 5 (cinco) anos. Referente à jornada de trabalho, as Assistentes Sociais entrevistadas cumprem entre 30 (tinta) horas a 40 (quarenta) horas semanais, devido a não garantia da Lei 12.317/2010<sup>6</sup>. Destas somente uma não tinha especialização, sendo que uma concluiu e outra estava cursando Mestrado. Quanto ao vínculo empregatício todas são concursadas.

O artigo apresenta alguns resultados da dissertação de Mestrado, cujo objetivo foi analisar o exercício profissional das Assistentes Sociais que atuam no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, a partir das demandas sociais e das respostas profissionais. Dessa forma, apontamos as principais requisições institucionais e demandas profissionais; o trabalho em equipe multiprofissional; as condições e as relações de trabalho e, as respostas que as profissionais vem delineando diante de sucessivos cortes de recursos que impactam os Institutos Federais e, consequentemente, a atuação profissional.

## **1 O exercício profissional das Assistentes Sociais na Política de Educação Profissional e Tecnológica: implicações e rebatimentos da ofensiva neoliberal**

A sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações implementadas pelos processos macroeconômicos,

---

<sup>6</sup> Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

configurados pela mundialização do capital e pela reestruturação produtiva, que, em conjunto, atingem as formas de sociabilidade humana, provocando mudanças no mundo do trabalho que aliadas à política neoliberal e à reforma do Estado impactaram diretamente os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

O impacto dessas mudanças, no Brasil, tem particularidades por ser um país marcado pela concentração de renda e poder, os quais favoreceram a consolidação de modos desiguais de apropriação da riqueza ao longo da sua história, formando grandes antagonismos entre as classes. Por sua vez, a concepção de mudanças vislumbrada com a Constituição de 1988, na qual é garantido um sistema de proteção social na perspectiva universalista, não se consolida, sendo os direitos destituídos, dentre eles a Educação, antes mesmo de sua consolidação (NETTO, 2006), numa clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas de perspectiva universal para a sua privatização/mercantilização (MOTA, 2004), instituindo critérios de seletividade e focalização no atendimento aos direitos, o que reduz as responsabilidades do Estado na prestação direta de serviços educacionais com a progressiva diminuição nos investimentos públicos.

Nesse período foi criada a Política de Educação Profissional e Tecnológica, o que favoreceu a expansão do número Institutos Federais (IFs) em todo o país, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Segundo Moura (2007), o aumento dos IFs ocorreu devido ao objetivo do governo de valorizar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de tal forma que, nos últimos 10 (dez) anos ela passou a ser referência na área da Educação pública, sendo relevante para o com-

bate à desigualdade de acesso à Educação e ao combate à extrema desigualdade socioeconômica.

No entanto, os ajustes estruturais implementados decorrentes da incorporação da agenda neoliberal, cujo foco principal se centra em sucessivos processos de contrarreforma do Estado, atingiu diretamente a EPT, que oferta Ensino Médio, Subsequente e Superior, fazendo com que os IFs tenham dificuldades financeiras para desenvolver seus projetos educacionais voltados para o tripé: ensino, pesquisa e extensão, o que, conseqüentemente, prejudica o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes, visto que a formação preconizada requer a unicidade entre conhecimento teórico e prático, o significa mais investimentos na contratação de professores e melhoria dos seus laboratórios.

Nesse período de retrocesso de direitos, incidiu o amadurecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social, resultando, por sua vez, no aumento da inserção do Serviço Social na Política de Educação. Dessa forma, o exercício profissional das Assistentes Sociais ganhou contornos de enfrentamento político-ideológico à ordem vigente, por meio da defesa intransigente dos direitos humanos, da recusa do arbítrio e do autoritarismo, do aprofundamento da democracia.

Assim, dada a necessidade de contribuir com exercício profissional das profissionais do Serviço Social na Educação, nas diferentes instituições de ensino, bem como nos diversos níveis e modalidades de ensino, foi elaborado um importante documento intitulado “*Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*” (CFESS, 2013), que nos fornece elementos teóricos que direcionam a direção política dos profissionais, ao afirmar que:

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (CFESS, 2013, p. 16).

Sabemos que a Política de Educação no sistema capitalista cumpre uma função social decorrente da contradição de classes, ou seja, ela assume o papel social de assegurar os interesses de classes, tanto da burguesia quanto da classe trabalhadora. Diante disso, a luta a ser travada pela sociedade não é por uma Educação restrita à escolarização formal como forma de aprendizagem, mas por uma Educação que supere essa lógica de ensino voltado para os interesses burgueses em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

Neste sentido, Almeida (2011, p. 25) ressalta que,

[...] pensar a inserção dos assistentes sociais na área de educação nos coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como as requisições postas a esse profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e de permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital.



Assim, ainda que a Educação seja garantida no marco legal/jurídico como direito social e garantia fundamental, a tendência na organização dessa política tem sido o subfinanciamento como estratégia para perda de qualidade dos serviços e a abertura para o mercado privado. Essa realidade coloca como desafio às Assistentes Sociais fazer uma crítica e autocrítica da realidade social, problematizando os determinantes conjunturais e institucionais que impactam no cotidiano profissional, de modo a explicar a realidade social e contribuir com a efetivação dos direitos do segmento estudantil.

O exercício profissional das Assistentes Sociais na Política de Educação Profissional e Tecnológica tem como direção um conjunto de leis e de regulamentações que possibilitam às profissionais, ainda que sob a hegemonia do capital, a buscarem a ampliação das condições de acesso e de permanência dos estudantes nos diferentes níveis e modalidades de ensino e a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos.

Entretanto, como Torres (2017, p. 3) alerta o exercício profissional “[...] é historicamente, subordinado ao sistema capitalista, a reprodução e domínio material e político do capitalista [...]”. Sendo assim, ele sofre interferência daqueles que controlam a organização onde atua, expressando o direcionamento do Estado, que responde tanto aos interesses do capital quanto dos trabalhadores, a depender da correlação de forças. Nesse sentido:

Vários são os elementos que interferem no exercício profissional dentre eles, os compromissos ético-políticos que informam o projeto profissional e as condições de sua realização – as condições e relações de trabalho em que se inserem os assistentes sociais. São elementos fundamentais e

indissociáveis para permitirem a passagem do “dever ser” à efetividade das ações dos assistentes sociais nessa direção, impulsionados pelo jogo de forças sociais em que se inserem [...] (SANTOS, 2013, p. 99).

Desse modo, as Assistentes Sociais necessitam de um conjunto de conhecimentos para identificar e intervir na realidade, haja vista que a materialização do seu exercício profissional só pode ser entendida em relação aos condicionantes externos e internos a sua intervenção. Assim a própria construção dos espaços ocupacionais também é um produto histórico, condicionado pelo movimento das classes sociais em determinado estágio do capitalismo, e pelo modelo de respostas teórico-práticas carregadas de conteúdo político dadas pela categoria profissional.

## **2 O exercício profissional das Assistentes Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT: desafios para o trabalho multiprofissional**

Com a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ocorreu também a criação, expansão e interiorização dos IFs em nível Médio, Subsequente e Superior, ainda que esta tenha ocorrido de forma precária, com equipamentos e espaços físicos por vezes inadequados e equipes incompletas. Tal expansão dos IFs gerou uma demanda crescente pela Assistência Estudantil, o que levou no ano de 2010 a aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES foi aprovado pela Resolução 002/2012/IFMT e regulamentado pela Resolução 094/2017/IFMT como política de Assistência Estudantil do IFMT. A partir da referida regulamenta-

ção houve certo “reconhecimento” para inserção das Assistentes Sociais, fato que pode ser conferido pelo número de nomeações ocorridas entre 2013 e 2017 no país. No caso de MT foi computado 15 (quinze) novas profissionais via concurso público, assim, atualmente, dos 19 (dezenove) *campi* do IFMT somente em um ainda não tem essa profissional.

Embora seja recente a ampliação do número de Assistentes Sociais no IFMT, as profissionais entrevistadas demonstram que estão engajadas na defesa radical da EPT enquanto direito conquistado pelos trabalhadores, particularmente na defesa de uma Educação Integrada, laica, pública, gratuita e de qualidade, sendo dever do Estado prover Educação pública.

Com essa perspectiva, as Assistentes Sociais, por meio de intervenções individuais e em conjunto com os demais profissionais, lutam ainda pela garantia do acesso, da permanência, da qualidade da Educação e da gestão democrática da Educação (ALMEIDA, 2003). Como exemplo dessas ações mencionamos o desenvolvimento do Fórum da Assistência Estudantil<sup>7</sup> - instância de democratização da gestão da Política de Assistência Estudantil que prevê a participação dos diversos setores e segmentos que compõe a gestão, execução e beneficiários da Assistência Estudantil, com o objetivo de compartilhar experiências e intervenções profissionais, assim como qualificar o debate coletivo dos diferentes aspectos que perpassam a permanência escolar dos estudantes.

Neste sentido, o relato da *Entrevistada A* afirma “[...] eu vejo como avanço o 1º Fórum da Assistência Estudantil realizado em 2017.

---

<sup>7</sup> Regulamentado por meio da Portaria do Consup nº 2.504 de 10/10/2017.

Era uma reivindicação nossa. [Isso só foi possível] com a entrada de uma representante [da categoria profissional] na reitoria [...]”. Já a *Entrevista D* afirma que “[...]estamos na rede desde 2012 [...] nós tivemos oportunidades de opinar sobre nosso trabalho, só que não foi uma oportunidade dada apenas, foram oportunidades construídas dentro dos espaços que pudemos nos inserir enquanto profissionais”.

As entrevistadas identificam que o exercício profissional é reconhecido pelas respostas interventivas, em que as profissionais reconhecem as relações sociais e as interpreta por meio dos fenômenos sociais decorrentes de diferentes expressões da questão social<sup>8</sup>. Afirmam também que há a necessidade de uma maior projeção do exercício profissional dessas profissionais na EPT, no sentido de reconhecer e se apropriar com mais profundidade das suas competências técnica e política.

Outro aspecto que merece ser refletido é que as Assistentes Sociais desenvolvem a maioria de suas intervenções em equipes multiprofissionais, sendo estas compostas por: assistente social, pedagogo, psicólogo, técnico em assuntos educacionais, tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais e assistente de alunos. Quanto ao trabalho em equipe as profissionais afirmaram que:

*[...] o trabalho, geralmente, está acontecendo a partir das demandas que chegam, cada demanda traz a sua urgência. Então, para que eu possa realizar o trabalho conto com o profissional que esteja ali naquele momento. [...] Mas, não existe um planejamento [...]. Foi proposto que fizéssemos reuniões mensais para conversar a respeito [das demandas [...]] (Entrevistada C).*

---

<sup>8</sup> “[...] apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto que a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

*[...] o planejamento é feito nas comissões, por exemplo, de Assistência Estudantil, do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), do Núcleo de Qualidade de Vida e do Trabalho, da Permanência e Êxito. São comissões que estamos inseridas [...], no entanto trabalhar em uma comissão é diferente de trabalhar numa equipe [multiprofissional] que vai atuando mais no cotidiano. [A comissão atua] mais na pontualidade dos encontros [...]* (Entrevistada I).

Neste sentido, Yamamoto (1998, p. 107) afirma que “[...] o processo de trabalho onde se insere o assistente social não é por ele organizado e nem é exclusivamente um processo de trabalho do assistente social, ainda que dele participe com autonomia ética e técnica”. E Vasconcelos (2012, p. 443) acrescenta que “dificilmente um só profissional daria conta de todos os aspectos de uma realidade tão complexa e tornada intencionalmente mais complexa, o que leva [...] a recorrer-se ao trabalho [multiprofissional]”. Sendo assim necessário as Assistentes Sociais entenderem a lógica do trabalho interdisciplinar, sem perder as diretrizes da profissão.

Sabemos que a qualidade do processo educacional depende da atuação conjunta de seus trabalhadores de forma interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial, pois nenhuma profissão é responsável individualmente por solucionar e/ou encaminhar as inúmeras necessidades apresentadas no cotidiano escolar. Em relação a atuação das Assistentes Sociais espera-se que possua habilidades e competências para construção de intervenção junto à equipe multiprofissional, propondo estratégias através de seus conhecimentos técnicos e políticos, fazendo a mediação entre a escola-discente, assim como articulando com as diversas políticas sociais e com os Órgãos de Defesa de Direito, fortalecendo a intersetorialidade<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Conforme Bronzo e Veiga (2007), a intersetorialidade não se traduz ao mero encaminhamento das situações atendidas, trata-se de uma ação integrada e articulada com diversos setores para o enfrentamento da questão social.

No entanto, diante da intensificação de requisições, demandas e das atividades desempenhadas, as entrevistadas afirmam que estão centralizando suas ações basicamente nos procedimentos operacionais estabelecidos na Política de Assistência Estudantil. Afirmam também que o planejamento multiprofissional poderia contribuir para “*conhecer os estudantes; planejar ações; elaborar intervenções e definir prioridades*”, promovendo uma discussão sobre os fluxos atendimentos, o que coaduna com a afirmativa de Vasconcelos (2015) sobre os conhecimentos necessários a uma inserção crítica na realidade.

A sistematização da prática é também um passo necessário para problematizar as intervenções; identificar suas características, dificuldades e lacunas; evidenciar a necessidade de aprofundamento teórico para compreender as expressões da questão social, de modo a interpretá-las para atender as necessidades dos estudantes.

As entrevistadas identificam a fragilidade no planejamento e na sistematização - fatores necessários para a realização de uma intervenção cada vez mais qualificada, alargando os horizontes profissionais rumo à problematização e à apreensão da realidade, com base nas prerrogativas profissionais e nos direitos sociais.

### **3 As requisições, demandas e as respostas profissionais: limites e possibilidades para o exercício profissional das Assistentes Sociais do IFMT**

No que se referem às requisições institucionais, evidenciamos que a principal consiste na Política de Assistência Estudantil, que envolve um trabalho preconizado pelo PNAES, com objetivo de garantir o acesso e a permanência dos estudantes devidamente matriculados em Instituições Federais de Ensino, bem como prevenir

situações de abandono e de repetência escolar oriundos de condições de pobreza, que impactam no seu desenvolvimento educacional.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) define assistência estudantil como:

[...] um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes das IFES [Instituições Federais de Ensino Superior], na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2007).

Embora um dos objetivos principais do PNAES seja reduzir as taxas de retenção e evasão escolar, contribuindo para a permanência dos estudantes na instituição de ensino e minimizando os efeitos das desigualdades sociais, o programa ainda não tem atendido de forma universal o público que busca os seus serviços, ou seja, os estudantes cuja renda *per capita* familiar seja de até um salário mínimo e meio e os estudantes sejam oriundos de escola pública.

Porém, a escassez de recursos econômicos afeta de modo especial a Política de Assistência Estudantil, pois com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241/55) por meio da aprovação da Emenda Constitucional (EC/95), mudança constitucional que instituiu um Novo Regime Fiscal que prevalecerá, inicialmente, por 20 anos, o congelamento de despesas primárias e com a liberação dos pagamentos relativos ao mercado financeiro, estarão limitadas por esse longo período, as possibilidades da implementação de novas políticas públicas que objetivem diminuir a enorme desigual-

dade brasileira, das quais destacamos o de acesso e de permanência na Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, registra-se uma progressiva diminuição nos investimentos na área da Educação do IFMT, nos três últimos anos, conforme dados coletados na Plataforma Nilo Peçanha<sup>10</sup>. Em De 2017 que foi de 19.043.290,00, caiu em 2018 esse número para 17.526. 795,00 e em 2019 houve uma queda ainda maior para 12.920.216,32. Com esses cortes, a Política de Assistência Estudantil tem sido seriamente impactada, o que prejudica diretamente a inserção dos estudantes que necessitam dos auxílios para permanecerem na instituição.

Sobre o número de estudantes matriculados nos respectivos *campi* pesquisados e o quantitativo inseridos no Programa de Assistência Estudantil, temos:

**Tabela 1** – Estudantes matriculados e estudantes bolsistas no ano de 2017.

<b>Campus</b>	<b>Total de estudantes matriculados</b>	<b>Total de Bolsistas de Auxílios Estudantis</b>
<b>Confresa</b>	1.305	xxx
<b>Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva</b>	8.248	691
<b>Pontes e Lacerda</b>	1.494	96
<b>Primavera do Leste</b>	1.050	246
<b>Rondonópolis</b>	1.066	130
<b>Sinop</b>	454	32
<b>Tangará da Serra</b>	576	130
<b>Várzea Grande</b>	2.604	167

**Fonte:** Elaborado pela Autora, com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2017) e com base nos dados da Assistência Estudantil (2017).

<sup>10</sup> (plataformanilopecanha.org).



Com recursos insuficientes fica a cargo das Assistentes Sociais a difícil tarefa de selecionar os estudantes mais vulneráveis dentre os já vulneráveis. Conforme demonstra os dados, o número de estudantes bolsistas é muito reduzido quando comparado com o número de estudantes matriculados, o que nos leva a afirmar que o parco investimento orçamentário tem resultado na oferta de poucas vagas para a Assistência Estudantil, a qual ainda não conseguiu atender de forma universal os estudantes que necessitam de um auxílio para se manterem nesta instituição de ensino.

Identificamos várias intervenções profissionais junto à Política de Assistência Estudantil como: a análise socioeconômica dos candidatos; o acompanhamento dos estudantes bolsistas, sinalizadas como as que mais demandam tempo das profissionais, seguido de outras, não menos importantes, como o relato do planejamento das ações; a elaboração do edital e o monitoramento e a execução das atividades, as quais exigem competência e o desenvolvimento de várias ações profissionais. Essas etapas demonstram a complexidade das ações que envolvem essa política, que requer conforme o “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, um trabalho voltado para o processo de acesso e viabilização de direitos para permanência dos estudantes na instituição.

Em relação à análise socioeconômica, a Lei de Regulamentação da Profissão/1993 não especifica que essa seja uma atribuição privativa das Assistentes Sociais. Dessa forma, profissionais de outras áreas que compõem a Comissão Local Permanente da Assistência Estudantil (CLPAE) também participam da análise para selecionar quais serão os estudantes que serão contemplados pelas modalidades de bolsas ofertadas pela instituição.

Quanto ao acompanhamento, ressaltamos que ele vai além da questão da verificação de notas e de faltas, dado que consiste em um atendimento sistemático durante todo o ano letivo na tentativa de evitar a retenção e a evasão escolar. O processo de acompanhamento dos estudantes não consiste também em uma atribuição privativa das Assistentes Sociais, ao contrário, trata-se de uma ação essencialmente coletiva que deve envolver fundamentalmente os coordenadores de cursos e os professores, pois são eles que atuam mais diretamente com os estudantes no cotidiano escolar.

Embora a pesquisa tenha demonstrado que a requisição institucional preponderante seja a atuação na Política de Assistência Estudantil, as entrevistas afirmam que atuação nessa política está centralizada na concessão de auxílios financeiros, sendo, muitas vezes, silenciados outros aspectos que envolvem os estudantes, bem como outras medidas necessárias para a sua permanência na instituição. Como exemplo citaram a condição de saúde física e emocional, problemas familiares, relacionamento professor-aluno, integração social à escola, dificuldades financeiras, o que reafirma que o sucesso e diplomação acadêmica não se limita estritamente ao repasse monetário concedido através dos auxílios e bolsas, mas o acesso a um conjunto de políticas públicas. Segundo Vargas (2008), questões como desigualdades de acesso aos capitais econômico, social e cultural podem também influenciar na conclusão dos estudos.

As profissionais são requisitadas para atuarem na análise dos critérios estabelecidos nos editais da Assistência Estudantil como preencher registros, verificar documentos comprobatórios, avaliar as justificativas apresentadas nos recursos dos estudantes, sendo essa atividade mediada por sistemas informacionais. Isso

gera algumas ambiguidades no seu exercício profissional, como o descompasso entre o acesso ao direito e os critérios seletivos; o enquadramento das necessidades dos estudantes às determinações estabelecidas nos auxílios estudantis e, por sua vez, impacta na efetivação do direito à Educação como política pública de direito destinada aos estudantes vulneráveis.

Nesse sentido, Torres (2017, p. 8) afirma que o exercício profissional das Assistentes Sociais “[...] é necessariamente mediada pelas requisições e demandas que expressam os interesses tanto daqueles que o contratam como trabalhador assalariado, como dos próprios usuários [alunos]”. Assim, polarizado pelos interesses distintos reproduzem interesses contrapostos da instituição empregadora e dos estudantes, o principal demandante dos seus serviços sociais.

Segundo Iamamoto (2015, p. 20, grifos da autora),

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de **decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano**. Enfim, ser um profissional **propositivo e não só executivo**.

Verificamos que as respostas profissionais as demandas institucionais seguem a tendência de um trabalho individualizado, o que acaba por reforçar a lógica da adequação e do “ajustamento” dos estudantes nos programas e serviços determinados pelas políticas públicas.

[...] o nosso trabalho está sendo desenvolvido no sentido da garantia do direito do aluno, não só de inseri-lo na Política de Educação, visto que trabalhamos com uma camada da população que historicamente vem alijada do processo de educação formal. [Quando] pensamos na educa-

ção profissional de jovens e adultos, trata-se de pessoas que ingressam na educação fora da idade própria. [...] eu acredito que a nossa atuação profissional dentro dessa perspectiva de trabalho contribui para vida de modo geral dessas pessoas, porque não termina aqui. Eu acho que é um processo de transição em que vai prepará-lo não só para o mercado de trabalho, mas para vida, para satisfação das necessidades de modo geral (Entrevistada D).

Muito embora o reconhecimento da Política de Educação como direito social tenha atravessado as falas das profissionais, constatamos que talvez em decorrência de fatores como gestão, condições e relações de trabalho, sua intervenção tem se limitado a serem operadoras de programa e serviço e não como agentes da política. Ou seja, as Assistentes Sociais atuam nos serviços cada vez mais focalizantes, o que imprimem na intervenção profissional a dinâmica da emergência, estabelecendo prioridades para as ações dos assistentes sociais o que favorece para o desenvolvimento de ações seletivas, paliativas, assistencialistas, por meio de programas com critérios que inviabiliza o acesso de muitos estudantes de baixa renda na referida política.

Isso nos sinaliza para a necessidade de desenvolver ações coletivas, como afirma Torres (2017, p. 11).

[...] ao exercer sua profissão os assistentes sociais se deparam com inúmeras situações que os mobilizam a construir respostas profissionais [coletivas], dentre elas, destacam as demandas apresentadas pelos usuários, quer seja de modo espontâneo, quer seja em decorrência de encaminhamentos de outros profissionais [...].

Ainda que de forma individual, as profissionais têm visto como possibilidade o fato de serem agentes na construção da correlação de forças entre os interesses do Estado e dos estudantes e se utilizado disso para responder as requisições institucionais na pers-

pectiva de direitos, reconhecendo que a atuação na Política de Assistência Estudantil “é uma das dimensões da atuação profissional e não podemos nos reduzir a ela” (SILVA, 2012, p.17)

Para que se possa superar a imediatividade desse cotidiano profissional é preciso que as Assistentes Sociais não só conheçam bem as políticas sociais, como requer uma permanente preocupação com o desenvolvimento das habilidades e competências estabelecidas nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico operativa, para subsidiar a leitura crítica, propositiva e ações planejadas, continuadas, integradas e articuladas. E ainda, entender suas atribuições privativas e competências junto a gestão, planejamento, coordenação e operacionalização de inúmeros programas e serviços, assim como atuar politicamente junto aos estudantes, órgãos de controle social, entre outros.

Com relação às principais demandas profissionais, as entrevistadas foram unânimes em afirmarem que elas consistem na evasão escolar.

[...] a maior parte das evasões [...] decorrem do Bullying. [...]. Não nos é dada a condição [de acompanhamento]. Se o professor lançasse a frequência do aluno no sistema, eu conseguiria saber se aquele aluno que eu fiz um atendimento a uma semana atrás se ele continua vindo, se faltou. Para fazer um acompanhamento mais próximo desse aluno, [preciso] ir buscar [saber] se [...] aconteceu alguma coisa, se ficou doente, se ele não retornou. [...] [porém] não consigo fazer o acompanhamento desse aluno quando chega [a informação] o aluno já tinha dois meses fora da escola (Entrevistada C).

As entrevistadas apontam a fragilidade do acompanhamento pedagógico permanente pela equipe escolar, assim como a necessidade de avanço do desenvolvimento de práticas articuladas e interse-

toriais, diante de um cotidiano escolar que expressam situações que revelam diferentes expressões da questão social como desigualdade social e pobreza. Estas geram dificuldades que interferem “na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho” (VARGAS, 2008, p. 50). Porém, muitas vezes, são pouco acompanhadas e percebidas pelos professores e pela equipe escolar em geral, tornando-se, muitas vezes, invisíveis ou dados estatísticos.

Para as profissionais entrevistadas a evasão demonstra uma complexidade de questões que precisam ser desmistificadas, considerando que:

[...] aparece muito a questão da evasão, como desinteresse do aluno, mas vemos diversas expressões da questão social e suas mais complexas e multifacetadas formas. [...] as ações voltadas para permanência aparecem para o Assistente Social tomar iniciativa, estar à frente desse processo, de identificar quais são as demandas dos estudantes, o que está interferindo no processo de permanência. Aí envolve questões familiares e as relacionadas ao desempenho acadêmico (Entrevistada I).

Segundo as entrevistadas, muitos estudantes já ingressam na instituição com dificuldades de aprendizagem, em virtude das fragilidades na formação do Ensino Fundamental que associado a uma série de barreiras sociais em “particular à pobreza, à precarização das relações familiares e parentais, ao trabalho infantil, à violência doméstica, à vitimização ou mesmo à prática de atos infracionais” (AMARO, 2017, p. 47) demonstram que o suposto “desinteresse” ou evasão não é um problema só educacional, mas também social.

[...] os fenômenos evasão ou abandono escolar e reprovação encontram-se completamente imbricados. Contudo, admite-se que os estudos e análises sobre qualidade educacional raramente combinam as informações produzidas por esses dois indicadores, ainda que a complementaridade entre elas seja evidente (ou seja): um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica (AMARO, 2017, p. 46).

Isso aponta para a exigência da qualificação do trabalho profissional para uma intervenção que envolva estudos, pesquisas, diagnósticos, monitoramento das condições sócio econômicas e das expressões da questão social que se apresenta à instituição e ao profissional.

Dentre as respostas das Assistentes Sociais sobre a evasão escolar, destacamos o depoimento abaixo:

Eu pedi para inserir no sistema de frequência um Nada Consta, no período de transição dos bimestres, pois os estudantes com notas baixas e com problemas disciplinares solicitavam transferência. Nesse momento, eu senti vontade de conversar com eles para saber por que estavam deixando a instituição. E muitas vezes, a saída não era apenas por conta das notas ou por problemas com disciplina. Por trás dessas duas questões apareciam várias outras situações que estão relacionadas com a vida deles, com as dificuldades de estarem ali (Entrevistada D).

Apesar da ocorrência da evasão escolar ser expressiva no IFMT, realidade que não se difere de outros espaços educacionais, identificamos poucas respostas institucionais de forma mais efetiva no seu enfrentamento, ocorrendo um trabalho mais pontual. Isso demonstra a necessidade de implementação de ações integralizadas da equipe para verificar os fatores geradores desse problema, por meio da inserção de serviços socioassistenciais e ações socioeducativos,

na articulação da política de educação com as demais políticas públicas, no processo de democratização da educação (MARTINS, 2007).

Para que se possa superar a imediatez desse cotidiano profissional é preciso que as Assistentes Sociais não só conheçam bem a rede de serviços, como requer uma permanente preocupação com o desenvolvimento das habilidades e competências estabelecidas nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico operativa, para subsidiar a leitura crítica, propositiva e ações planejadas, continuadas, integradas e articuladas. Nesse sentido, é preciso ter clareza “[...] sobre *o que e como fazer*; articulada ao *porque fazer*, [...] ao *para que fazer* [...] e ao *com o que fazer* [...]” (GUERRA, 2012, p. 43).

A intencionalidade do exercício profissional deve estar articulada à compreensão da realidade, pois é ela que indicará os instrumentos e técnicas que contribuirão para a construção das mediações necessárias, as quais são influenciadas pelas condições e relações de trabalho (SANTOS, 2013).

Outro aspecto identificado na pesquisa se refere ao desequilíbrio entre a ampliação das demandas postas ao Serviço Social e os recursos disponíveis (financeiros, humanos, e de estrutura), por parte da instituição, o que repercute na qualidade dos serviços prestados pelas Assistentes Sociais como: práticas individuais, falta de articulação entre as políticas sociais, ausência de diagnóstico mais ampliado dos aspectos que envolvem a permanência dos estudantes na instituição de ensino. Ainda assim, sem cair numa atitude fatalista de que pouco se pode fazer para alterar a realidade e, evitando-se sua outra face, o messianismo, que reforça uma visão heroica da profissão, é possível vislumbrar possibilidades de uma intervenção crítica,



propositiva, competente e qualificada, que referenciada no PEP se comprometa com a luta pela viabilização dos direitos da população destinatária das políticas sociais.

#### **4 As Condições e as relações de trabalho no IFMT: desafios para ao exercício profissional das Assistentes Sociais**

No que se referem às condições objetivas de trabalho que envolvem os aspectos humanos temos a considerar uma unanimidade apresentada pelas Assistentes Sociais entrevistadas, as quais relataram a necessidade de mais profissionais do Serviço Social para atender as demandas dos estudantes do IFMT.

*[...] nós temos mais de 600 estudantes presenciais e somente uma assistente social [...] É uma limitação, ficamos muito focadas na elaboração de editais e nas questões administrativas e não conseguimos trabalhar outras demandas [...] (Entrevistada A).*

*Eu acredito que uma Assistente Social não é suficiente, porque lidamos com várias modalidades de ensino e diferenciadas demandas. Trabalhamos 30 horas ininterruptas, mas para atender os alunos, precisaríamos dividir o nosso trabalho de acordo com os horários dos cursos. Ainda assim, muitas vezes, não conseguimos atender os estudantes noturno [...], o que interfere diretamente na continuidade dos serviços prestados, principalmente em relação aos atendimentos, [...] são várias áreas de atuação também para o Serviço Social, porque ele tem que trabalhar nas demandas do Núcleo de Qualidade de Vida e do Trabalho, no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) quanto ao ensino. Sendo insuficiente um profissional para atender as demandas” (Entrevistada I).*

Contatamos pelas falas que as Assistentes Sociais não têm condições de atender com qualidade todas as demandas que lhes são colocadas, visto que além das demandas da Assistência Estudantil,

as profissionais atuam nas demandas dos demais estudantes matriculados em diferentes níveis e modalidades de ensino, nas demandas da própria profissão. Também atuam nas demandas do Núcleo de Qualidade de Vida e do Trabalho, por meio do atendimento das questões que perpassam as condições e relações de trabalho dos servidores e; no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, através do enfrentamento das expressões da questão social que impactam o desenvolvimento educacional dos estudantes.

Mesmo diante da complexidade das requisições e demandas, poucos gestores reconheceram a necessidade de solicitar mais profissionais do Serviço Social sob a justificativa que tal solicitação esbarcaria na falta de código de vaga para nomear novas profissionais. É importante frisar também que na maioria dos *campi*, há dois Pedagogos, dois Técnicos em Assuntos Educacionais, três Assistentes de Alunos, um Psicólogo e uma Assistente Social, o que acaba por gerar uma sobrecarga de trabalho sendo que algumas Assistentes Sociais têm flexibilizado seu horário de trabalho (matutino, vespertino e noturno), na busca de atender os estudantes de todas as modalidades de ensino e acompanhar as situações atendidas. Mesmo assim, tem havido uma descontinuidade do trabalho, pois a profissional divide seu tempo de trabalho com outras atividades referentes às comissões e aos núcleos de trabalho.

Assim ao abordar sobre o quadro de profissionais no IFMT, podemos afirmar que o número de servidores não acompanhou a expansão de matrículas, devido aos restritos recursos orçamentários destinados à Política de Educação Profissional e Tecnológica. Esta realidade favorece a sobrecarga de trabalho, haja vista a quantidade e diversificação das atribuições assumidas pelas Assistentes Sociais,

assim como no desenvolvimento dos procedimentos operacionais estabelecidos por essa política. Sendo importante ressaltar que nem tudo que é requisitado pela instituição ou demandado ao Serviço Social faz parte do rol de competências e de habilidades estabelecidas para essa profissão.

Evidenciamos que as condições de trabalho no IFMT contrariam a Resolução nº 493/2006 do CFESS, que dispõe sobre as condições técnicas e éticas de trabalho da Assistente Social, ao apresentar, quanto ao espaço físico, condições inapropriadas para a realização do exercício profissional. Constatamos uma estrutura física inadequada da sala e/ou a falta de sala adequada para atendimento, refletindo “um despreparo institucional para receber essas profissionais, uma vez que a educação não é um campo tradicional de trabalho das Assistentes Sociais, e sim de outros profissionais que já legitimaram esse espaço, como os professores e pedagogos [...]” (PRADA; GARCIA, 2017, p. 320).

Devido à perspectiva do trabalho multiprofissional, a sala de atendimento está sendo ocupada por profissionais de diferentes áreas. Não se têm em todos os *campi*, até o presente momento, salas específicas para as Assistentes Sociais, sendo necessário adequações no uso do espaço, pois é indispensável em uma intervenção da equipe multiprofissional, o resguardo dos princípios éticos e das particularidades e atribuições privativas das profissionais que compõem o trabalho interdisciplinar, conforme estabelece o Código de Ética Profissional (1993), resguardando-lhes o sigilo profissional.

Outro aspecto mencionado pelas entrevistadas refere-se autonomia profissional no seu exercício profissional, conforme relatos:

*Quando chequei no campus ouvi da minha chefia imediata: “Sabe aquelas coisas específicas da sua profissão? Esquece! [...] a coordenação pedagógica [...] queria fazer uma atividade sobre higiene com os alunos, porque tinha muita reclamação dos professores[...]” (Entrevistada B).*

*[...] estrategicamente, precisaremos avaliar a situação que nos está sendo colocada, que, muitas vezes, vem de forma autoritária, mas de que forma vamos reverter essa situação para garantir nossas prerrogativas e o direito de quem necessita do serviço [...] a perspectiva [a ser assumida] não é a do convencimento, mas de dar resposta qualificada. Precisamos dizer: “olha, do meu trabalho profissional sou eu quem entendo. Não é você que vai me dizer o que eu deveria fazer” (Entrevistada D).*

Esses depoimentos nos levam a tese defendida por Iamamoto (2011), que nenhum trabalhador assalariado possui autonomia plena em seu local de trabalho. Afirmção retoma a dimensão contraditória da profissão, na qual:

A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostos, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois polos inseparáveis de uma mesma unidade. É a existência e compreensão de desse movimento contraditório que, inclusive abre a possibilidade para o assistente social colocar-se a serviço de um projeto alternativo àquele para o qual é chamado a intervir (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 94, grifos nossos).

É preciso considerar, portanto, que a autonomia profissional é construída nas tensões do cotidiano de trabalho, possibilitando as profissionais fazerem escolhas que estejam em sintonia com os princípios e normas do Código de Ética Profissional/1993:

*[...] é desafiador porque o diretor de ensino e o diretor geral não entendem a atuação do Serviço Social na Educação. Todo evento como Semana Pedagógica, reforço qual é nossa função. Não sinto uma valorização.*

*[...] nós estamos ali para garantir os direitos deles [alunos], é um embate muito forte com a [gestão].] (Entrevistada G).*

Conforme demonstrado no depoimento há uma incompreensão da gestão sobre a função do Serviço Social no IFMT, havendo interferências de chefias imediatas no trabalho, colocando-o em um terreno de conflitos. Essas implicações incidem na autonomia relativa dessas profissionais, resultando no que Raichelis (2011) denomina “da autonomia relativa à autonomia controlada”, o que não se diferencia de outros espaços sócio ocupacionais da profissão.

Isso demonstra que apesar da profissão ter conquistado espaço na área da Educação Profissional e Tecnológica, ainda estão consolidando o seu papel profissional dentro da instituição. Nesse processo, as Assistentes Sociais têm buscado requalificar suas ações profissionais, por meio de um conjunto de saberes e de uma postura ética e política; identificando as particularidades do exercício profissional; descobrindo novas alternativas de trabalho em prol da viabilização de direitos sociais; desenvolvendo com competência os serviços prestados e construindo respostas profissionais propositivas frente às expressões da questão social, com vistas à viabilização da universalidade dos programas e serviços públicos.

## **Considerações Finais**

Conforme demonstrado ao longo deste artigo, o exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT tem se centralizado apenas nos procedimentos operacionais estabelecidos na Política de Assistência Estudantil, sem incorporar ações próprias da intervenção profissional, de acordo com o marco legal da profissão, o que

contribui para fragilizar a identidade, a autoimagem profissional e o Projeto Ético-Político da categoria profissional.

Questões como condições físicas de trabalho inapropriadas para a realização do exercício profissional, reduzido número de trabalhadoras, sobrecarga de trabalho das Assistentes Sociais, ausência da equipe completa e interferências na autonomia profissional, assim como a necessidade de investimento na formação de equipes para desenvolver e responder as complexas demandas por meio do trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, foram apontadas pelas profissionais como aspectos que dificultam a efetivação do conjunto de ações expressas nos *Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013)*.

As profissionais entrevistadas desempenham importantes ações que dialogam com a base legal da profissão, regidas pela Lei de Regulamentação da Profissão; pelos preceitos éticos preconizados pelo Código de Ética Profissional; pelo compromisso de emancipação legitimado pelo Projeto Ético Político e pelos Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Educação. Nesse sentido, cabe ressaltar que o exercício profissional com qualidade ocorre mediante a explicitação dos elementos e condições socialmente determinados que lhe garante identidade, visibilidade, concreticidade para decidir a direção e estratégias de ações junto aos estudantes.

Como profissão de caráter eminentemente interventiva e investigativa, vislumbramos muitas possibilidades de construção de ações profissionais que favoreçam o acesso e a permanência dos estudantes, compreendendo de forma mais totalitária suas necessidades, por meio de uma intervenção crítica, propositiva e qualificada e comprometida com a viabilização dos interesses e direitos dos estudantes destinatários dos serviços sociais.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.** In: I Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação. Belo Horizonte. 2003. Disponível em < <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais.** In: CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS/CRESS, 2011.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: nov. 2017.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília: CFESS/CRESS 2013.

FONAPRACE. PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Aprovado pela ANDIFES. Belém, julho de 2007. Disponível em < [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Biblioteca\\_071\\_Plano\\_Nacional\\_de\\_Assistencia\\_Estudantil\\_da\\_Andifes\\_completo.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf)>. Acesso em nov. 2017.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico operativa do exercício profissional.** In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Shei-

la; GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos (Orgs). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 39-68.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto e formação profissional. *In*: ABEPSS. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998. (Caderno ABESS; n° 8).

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo-SP: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23. ed. São Paulo-SP: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

IFMT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. **Instrução Normativa nº 02 de 24 de janeiro de 2012.** Institui e normatiza o Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Mato Grosso.

IFMT. **Resolução nº 094, de 18 de outubro de 2017.** Instituí a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Disponível em: < [http://ifmt.edu.br/media/filer\\_public/67/4e/674e804a-c163-4d5e-af3e-5986150ccf13/portaria\\_2504\\_forum\\_e\\_regimento\\_ae.pdf](http://ifmt.edu.br/media/filer_public/67/4e/674e804a-c163-4d5e-af3e-5986150ccf13/portaria_2504_forum_e_regimento_ae.pdf) >. Acesso em: mar. 2018.

IFMT. **Portaria 2.504, de 18 de outubro de 2017.** Constituí o Fórum Permanente da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Dis-



ponível em: < <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/comissao-central-permanente-de-assistencia-estudantil-do-ifmt-ccpae/>>. Acesso em: mar. 2018.

MARTINS, Elina Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social:** elo para construção da cidadania. Tese (Doutorado. Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em< <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17821>>. Acesso em nov. 2017.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social no cenário brasileiro. Rio de Janeiro-RJ: **Revista Ágora**. Ano 1, nº 1, out. 2004. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em nov. de 2017.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, v. 2 – 2007. p. 4-30.

NETTO, José Paulo. A ordem Social Contemporânea é o desafio Central. 33 Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social. Santiago do Chile, 28/31 de agosto de 2006. (Mimeo).

PADRA, Talita; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 304-325, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.110>>. Acesso em nov. 2017.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2011, n. 107, pp.420-437. ISSN 0101-6628. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>>. Acesso em nov. 2017.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?:** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro-RJ: Lumen Juris, 2013.

SILVA, Marcela Mary José da. (Org). **O lugar do Serviço Social na educação.** In: SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social na Educação: teoria e prática. Campinas: Papel Social, 2012, p. 15-31.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Exercício Profissional: analisando a dimensão técnico operativa e as atividades desenvolvidas. **I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional Sobre o trabalho do/a Assistente Social – trabalho e formação profissional do/a Assistente Social no Brasil e no mundo:** desafios contemporâneos. Maceió, 2017.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho:** um estudo com egressos da UFMG. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 8. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **A/O Assistente Social na luta de classes:** projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo-SP: Cortez, 2015.